

PROPOSTA - CONSULTA PÚBLICA – ANEXO IV NR-16
ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

A legislação brasileira prevê, como matéria constitucional, devidamente regulamentada, o adicional de remuneração para as atividades classificadas como perigosas:

Constituição Federal

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores:

...

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

As atividades penosas ainda não estão definidas por lei, porém as insalubres e perigosas estão, em sua maioria, descritas pela [Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977](#), que modificou o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

No caso específico das atividades perigosas, dizia o artigo 193 da CLT:

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

A regulamentação a que o artigo 193 se referia é aquela estabelecida pela [Portaria nº 3214, de 8 de junho de 1978](#), e modificações posteriores, que estabeleceu as Normas Regulamentadoras – NR.

Como se pode observar, a legislação que tratava especificamente do tema, não classificou como atividades ou operações perigosas aquelas que eram exercidas em contato ou em condições de risco de contato com a eletricidade.

Na mesma época da edição da Lei 6514/77 e da Portaria 3214/78, já existia um Projeto de Lei para instituir uma remuneração adicional para os trabalhadores do setor de energia elétrica. Entretanto, apenas em 1985, este Projeto se materializou na Lei nº 7.369, editada em 20 de setembro daquele ano.

A matéria passou, então, a ter uma lei específica, desgarrada do conjunto da legislação de segurança e medicina do trabalho.

A [Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985](#), instituiu a remuneração adicional para quem exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.

Art. 1º O empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber.

Art. 2º No prazo de noventa dias o Poder Executivo regulamentará a presente Lei, especificando as atividades que se exercem em condições de periculosidade.

No mesmo ano, em 26 de dezembro, ela foi regulamentada pelo [Decreto nº 92.212](#). Entretanto, menos de um ano depois, a lei ganha nova regulamentação com a edição do [Decreto 93.412, de 14 de outubro de 1986](#), que revoga o anterior.

A diferença fundamental entre esses dois instrumentos regulamentadores está em duas questões: a proporcionalidade e a exigência de perícia.

O [Decreto 93.412/86](#) introduziu o pagamento proporcional ao tempo de exposição, isto é, a remuneração adicional de 30% estabelecida na Lei seria aplicada, quando ficasse caracterizada uma exposição intermitente, sobre o tempo em que o trabalhador estivesse exercendo atividade em área de risco:

Art. 2º É exclusivamente suscetível de gerar direito à percepção da remuneração adicional que trata o artigo 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, o exercício das atividades constantes do Quadro anexo, desde que o empregado independentemente do cargo, categoria ou ramo da empresa:

I - permaneça habitualmente em área de risco, executando ou aguardando ordens, e em situação de exposição contínua, caso em que o pagamento do adicional incidirá sobre o salário da jornada de trabalho integral;

II - ingresse, de modo intermitente e habitual, em área de risco, caso em que o adicional incidirá sobre o salário do tempo despendido pelo empregado na execução de atividade em condições de periculosidade ou do tempo à disposição do empregador, na forma do inciso I deste artigo.

Ficaram então estabelecidos dois critérios para o pagamento do adicional. O primeiro é aquele destinado aos que permanecem habitualmente em área de risco, cuja incidência é sobre o salário integral, conforme estabelecido na Lei 7.369/85. O segundo é o que estabelece uma incidência proporcional a uma referida intermitência.

Este pagamento proporcional foi tão duramente criticado e rechaçado pelos próprios juízes que acabou surgindo a seguinte súmula:

[Súmula nº 364 do TST](#) – Adicional de Periculosidade – Exposição Eventual, Permanente e Intermitente

Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

Ora, os Enunciados esclarecem o entendimento da instância superior da Justiça do Trabalho (o Tribunal Superior do Trabalho – TST) sobre determinada questão. Eles norteiam as instâncias inferiores e oferecem subsídios às partes interessadas; seu objetivo é a uniformidade de entendimento dos Tribunais Regionais em matérias reiteradamente julgadas.

A restrição ao pagamento da remuneração adicional ficou restrita à exposição eventual, que, segundo o referido Decreto exclui o direito à percepção do acréscimo indenizatório, conforme expresso no § 1º do artigo 2º:

Art. 2º.

§ 1º O ingresso ou permanência eventual em área de risco não geram direito ao adicional de periculosidade.

A segunda diferença, estabelecida pelo Decreto 93412/86 em relação ao seu antecessor, diz respeito à exigência de perícia para a caracterização do risco, conforme expresso em seu artigo 4º.:

Art. 4º.

§ 1º A caracterização do risco ou da sua eliminação far-se-á através de perícia, observando o disposto no artigo 195 e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Revendo o artigo 195, caput, da CLT:

Art.195. A caracterização e classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através da perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.

Ora, se dúvida pudesse existir, em virtude de o artigo 195 da CLT referir-se às normas do Ministério do Trabalho e não a outros instrumentos jurídicos, o Decreto 93412/86 em seu § 1º do artigo 4º, deixa incontroversa a exigência da perícia. Sendo assim, o quadro de atividades e áreas de risco, apresentado como anexo ao Decreto 93412/86, não é autoaplicável, sob o ponto de vista de enquadramento legal para concessão da remuneração adicional. É de se observar que, sendo matéria estritamente técnica, esta exigência legal (artigo 195, caput, da CLT), ratificada pelo texto do Decreto 93412/86 é prevista no Código de Processo Civil, ao estabelecer em seu artigo 145:

Art. 145. Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no artigo 421.

Art. 421, caput – O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo.

Esclarecidas essas duas questões que levaram à edição de um segundo Decreto em espaço de tempo tão curto, resta comentar outra questão: a abrangência do adicional no que se refere aos trabalhadores que efetivamente têm direito ao recebimento desta remuneração adicional.

A Lei 7369/85 foi editada a partir de um projeto de lei cuja justificativa não nos deixa dúvidas quanto à intenção do legislador de atender a uma categoria profissional específica, a dos eletricitários, ou seja, aqueles que trabalham no setor de energia elétrica. A própria leitura do artigo 1º da lei 7369/85 deixa isso muito claro:

Art. 1º O empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber.

Muito embora alguns intérpretes queiram crer que a expressão “setor de energia elétrica” inclua os setores de manutenção e afins de estabelecimentos usuários de energia elétrica, parece evidente que a lei se refere ao setor da economia, assim como nas expressões setor de telecomunicações, setor de serviços, setor de transportes etc.

Entretanto, mesmo com esta redação, confirmada pelo Decreto 93412/86, que utilizou o conceito de “sistemas elétricos de potência”, não foi essa a compreensão do meio jurídico em sua grande maioria. Consolidou-se, ao longo desses anos, extensa jurisprudência a favor da maior abrangência na aplicação da lei e do decreto. Chamando a isso de “**dinâmica da Lei**” a favor do que se chama “**Direito Social**”, muitos juízes têm considerado que a existência comprovada dos riscos elétricos em diferentes níveis de tensão e em

diferentes atividades dá aos que está exposto a esses riscos o mesmo direito, sejam eles integrantes ou não da categoria profissional dos eletricitários.

Buscando esclarecer um pouco a questão, a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, editou uma Orientação Jurisprudencial no final de 2003, com o seguinte teor:

Orientação Jurisprudencial nº 324 Publicada no DJ em 09.12.2003

É assegurado o adicional de periculosidade apenas aos empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, ainda que em unidade consumidora de energia elétrica.

Ao perito, fica a responsabilidade de levantar o real enquadramento do trabalhador nas atividades e áreas de risco incluídas no quadro anexo ao Decreto 93.412/86, confirmando se a exposição ocorre efetivamente em condições de periculosidade, conforme definido no artigo 2º, § 2º do referido Decreto:

Art. 2º

§ 2º São equipamentos ou instalações elétricas em situação de risco aquelas de cujo contato físico ou exposição aos efeitos da eletricidade possam resultar incapacitação, invalidez permanente ou morte.

Mantendo a característica de outras situações de periculosidade, o Decreto 93.412/86 apresenta um quadro em que as atividades estão acompanhadas de suas respectivas áreas de risco. A análise cuidadosa desse quadro, nos permite resumir as atividades da seguinte forma:

- a) Atividades de construção, operação e manutenção de redes de linhas aéreas e subterrâneas, usinas, subestações, cabinas de distribuição e áreas afins;
- b) Atividades de inspeção, testes, ensaios, calibração, medição, reparo e treinamento em equipamentos e instalações elétricas.

A [Lei 12.740/2012](#), publicada em 10/12/2012, alterou a legislação trabalhista quanto ao adicional de periculosidade.

Agora, o artigo 193 da CLT passa a regular todos os tipos de periculosidade, para as atividades que impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica, bem como expostos a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

A primeira alteração é que a Lei 7.369/1985 foi revogada expressamente e, com isso, o Decreto 93.412/1986 que a regulamentava, passando a CLT a disciplinar a periculosidade diante do risco de energia elétrica.

De forma a conhecermos os objetivos deste novo ordenamento, no que se refere às alterações proposta vamos recorrer a trechos do trâmite da proposta do legislador:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=239567&filename=Tramitacao-PL+1033/2003

.....

O conceito de periculosidade, na sistemática atual, extrai-se diretamente do texto legal, isto é, para fins da concessão de adicional, é atividade perigosa o que a lei diz ser. Se não está na lei, não importa que a ciência, a técnica ou mesmo o senso

comum informe que uma determinada atividade seja desenvolvida em ambientes de elevadíssimo risco.

.....
Este conceito de periculosidade, que envolvia apenas inflamáveis e explosivos, foi ampliado, mais tarde, com a edição da Lei n.º 7.369, de 20 de setembro de 1985, que incluiu o trabalho com a energia elétrica entre as atividades geradoras do adicional. Esta lei tem quatro artigos, mas três deles são jargões jurídicos que remetem a Lei à regulamentação, revogam disposições em contrário e estabelecem sua vigência a partir da data de sua publicação.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=516219&filename=Tramitacao-PL+1033/2003

.....
Entendemos, no entanto, que o adicional não deve ser vinculado à categoria, mas sim à situação de risco.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=516219&filename=Tramitacao-PL+1033/2003

.....
Cumpra observar que, no substitutivo, as atividades de vigilância estarão inseridas nas hipóteses de “roubos ou outras espécies de violência física”. Além disso, a modificação sugerida ao art. 193 da CLT prevê como atividade perigosa o contato permanente com energia elétrica, tendo em vista o que prevê a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que instituiu o adicional de periculosidade aos empregados do setor de energia elétrica.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=866028&filename=Tramitacao-PL+1033/2003

.....
A redação do projeto de lei enviado ao Senado é fruto do trabalho da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, que aprovou o substitutivo do Relator, Deputado Roberto Santiago, ao projeto de Lei nº 1.033, de 2003, e ao Projeto de Lei 1.562, de 2007, apensado, aperfeiçoando-os nos seguintes pontos:

1) vinculação do adicional de periculosidade à situação de risco e não à determinada categoria;

2) ampliação das condições objetivas que autorizam o adicional de periculosidade, para abranger maior número de atividades profissionais;

3) inclusão do elevado risco de acidente do trabalho como uma das condições que fundamenta o adicional, de forma a deixar de ser conveniente e economicamente interessante a não adoção de medidas de segurança do trabalho;

4) inclusão da hipótese de periculosidade em razão de contato com a energia elétrica no art. 193, da CLT, e revogação da Lei nº 7.369/1985, de forma a amparar outros trabalhadores expostos a risco em virtude do contato ou proximidade com a energia elétrica, como os empregados de empresas de telefonia.

.....
De fato, a Lei nº 7.369/1985 acentua o modelo discriminatório do reconhecimento da periculosidade, de vez que concede o adicional apenas aos empregados do setor elétrico e não, genericamente, aos trabalhadores que, por força de sua atividade, laboram em situação de risco acentuado em virtude de contato com a energia elétrica.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=899464&filename=Tramitacao-PL+1033/2003

.....
*O Direito do Trabalho tem como escopo e princípio a proteção do trabalhador. Toda norma que pretenda alterar o ordenamento jurídico trabalhista **deve ser mais favorável ao trabalhador** do que a norma que a precedeu.*

Do processo de construção deste novo ordenamento pode-se verificar que a vontade do legislador foi de ampliar a periculosidade para uma nova categoria e consolidando todas elas na CLT.

Desta forma, em momento algum houve vontade de reduzir ou suprimir direitos dos trabalhadores, apenas ampliar e congregar.

Desta lei, houve a necessidade de regulamentar o novo artigo 193 da CLT:

*Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, **na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego**, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:*

O Ministério do Trabalho submeteu para consulta pública o Anexo IV que incorpora o setor elétrico no bojo da NR-16, que antes estava ligado ao Decreto 93.412/1986 que continha o Quadro de Atividades/Áreas de Risco.

A PORTARIA N.º 372 de 26 de abril de 2013 (D.O.U. de 29/04/2013 - Seção 1), que “Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de criação do Anexo IV da NR – 16”.

ANEXO IV da NR-16 **(Proposta de Texto)**

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

1 - Tem direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores que realizam atividades ou operações em instalações e equipamentos elétricos com exposição permanente a risco acentuado, sem a adoção de medidas, equipamentos ou sistemas preventivos que o elimine, nas condições:

a) execução de atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos com intervenções sob tensão elétrica ou com possibilidade de energização acidental.

b) realização de atividades ou operações diretas ou indiretas realizadas na zona controlada, conforme estabelece o Anexo II da NR-10.

c) ingresso e permanência habitual em área de risco elétrico executando outras atividades ou aguardando ordens.

2 - As atividades ou operações realizadas em equipamentos ou dispositivos elétricos alimentados em baixa tensão, concebidos para manobras, comandos, controles ou operações, realizadas por procedimentos normais e projetados, construídos, montados e mantidos em perfeito estado, não se enquadram na condição de periculosidade.

3 - As instalações ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, conforme estabelece a NR-10, descaracteriza a condição de periculosidade.

4 - As instalações ou equipamentos elétricos alimentados por extra-baixa tensão não geram a condição de periculosidade.

5 - É vedado incentivos ou o pagamento de prêmios por produtividade para profissionais submetidos à condição de periculosidade.

6 - Fica obrigatório a contratação de seguro de vida em benefício do profissional submetido à condição de periculosidade.

Como proposta para esta consulta, **é a inclusão na íntegra do 93.412/1986**, pelos seguintes motivos:

1 - O Direito do Trabalho tem como escopo e princípio a proteção do trabalhador. Toda norma que pretenda alterar o ordenamento jurídico trabalhista deve ser mais favorável ao trabalhador do que a norma que a precedeu;

2 – Há vasta jurisprudência consolidada e segurança jurídica em relação à periculosidade dos profissionais que executam atividades com risco em energia elétrica;

Fontes:

- <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=116409>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de15452.htm
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- <http://www.ricardomattos.com/periculosidade.htm>
- <http://www.conjur.com.br/2012-dez-14/pragmacio-filho-lei-consolida-adicional-periculosidade>